

Globalização e Nacionalidade

Jorge Calvario dos Santos

Coronel Aviador, Doutor em Ciências pela COPPE/UFRJ e Assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra

Resumo

O texto apresenta a relação e o impacto sofrido pela nação, em função da globalização. Destaca a formação da nacionalidade através da história, seu significado, seus fundamentos, o valor da cultura para a unidade nacional e o impacto bem como as precauções necessárias para preservar a cultura nacional de modo a que a globalização não venha a desagregar a unidade nacional ou cultural.

Palavras chave: Globalização, nacionalidade, cultura, modernidade, identidade cultural.

Formação do Sentimento Nacional

O conceito de nacionalidade é complexo e recupera uma realidade sensivelmente mais aparente do que o de nação. A Revolução Francesa proclamou os direitos da nação, porém não se manifestou com relação à língua nem aos direitos históricos.

Os conceitos de nação e nacionalidade não são conceitos antigos. São conceitos novos. Muitos Estados existiram enquanto que nações não chegaram a ser constituídas.

Desde a antiguidade, o sentimento nacional é fruto de uma lenta evolução, determinada pelo gradual enriquecimento da consciência dos povos e de suas tradições. Na antiguidade os Estados antecederam às Nações. Não existiram nações verdadeiras que tivessem tido a consciência de si mesmas como tal e que tiveram conscientemente a vontade de se perpetuar.

Os antigos impérios orientais conheceram Estados fortes, solidamente constituídos, possivelmente tiveram um conceito de pátria, mas de nenhuma forma chegaram a constituir uma verdadeira nação.

O Egito possuía uma forte unidade geográfica. Sua unidade política era em função da adoração do Faraó em que eram confundidos os deveres políticos, religiosos e

morais. Nada indica que tenham tido qualquer ato de vontade coletiva. Quando o regime terminou, o Estado acabou e restou uma casta estrangeira dominante, uma massa populacional dócil, não integrada e fatalista, que exerceu apenas ações decorrentes de suas tradições enquanto viveram. Se existiu um povo egípcio, não se pode, entretanto, através da Antigüidade falar de nação egípcia.

Na antiga Europa mediterrânea, Grécia, Roma, Espanha e Gália eram possuidoras de ardente sentimento patriótico. Entretanto é difícil afirmar que eram verdadeiras nações. É lugar comum ter a Grécia antiga representada como um conjunto de cidades orgulhosas de sua independência, de sua civilização e de seu passado, repletos de heroísmo. É certo que a Grécia antiga, repartida pela natureza, não formou um Estado, e que o povo que se opunha aos não gregos jamais se uniu num esforço comum, mesmo em meio a graves perigos pelos quais passou a Grécia, tais como as ameaças dos Persas, da Macedônia ou dos Romanos. Pode-se dizer que não existiu uma nação, mas várias nações gregas. A nação Tebana, a nação Espartana e a nação Ateniense. Talvez possamos falar, pelas tradições e

particularidades gregas, de uma idéia pré-concebida de nacionalidade.

O mundo romano teve outras características. Roma realizou a união de antigos povos, como os etruscos e sumitas e outros mais. Os romanos expandiram, de modo ilimitado, seu território. A paz romana era a glória do império que inspirava e motivava a fidelidade ao regime, conhecido como superior a todos os outros que eram considerados bárbaros.

O império era muito vasto e incluía povos conquistados para que o patriotismo romano pudesse constituir-se realmente numa nação. A individualidade subsistia sob a unidade aparente. Os gregos, os espanhóis, os gauleses e os egípcios faziam parte do mundo romano, mas jamais foram realmente romanos. O oriente não foi todo assimilado. O ocidente se fracionou sob as invasões bárbaras.

Quando o império romano desapareceu, restou um bom modelo administrativo que foi imitado. Porém, não mais existia no sentimento dos povos a vontade de reconstituir o antigo império. Houve apenas a transição da organização romana para os Estados sucessores.

É do desmembramento do Império Romano que surgiram as nações modernas. Bizâncio, Itália,

Gália, Espanha e outras mais surgiram a partir da união de populações ricas de sentimentos comuns, de mesma cultura que, grupadas sob o mesmo soberano, iniciaram a constituição da Europa. A vontade refletida dos reis, a continuidade do Estado, a fidelidade a um poder reinante e, para cada povo em particular, os sentimentos, vontades e objetivos deram início a uma história de nação.

Do processo histórico da Europa observa-se que, nos povos já bastante diferenciados, a consciência nacional se definiu em alguns. França, Espanha e Inglaterra, principalmente, adquiriram uma consciência nacional. A Alemanha, assim como os Países Baixos, mantiveram sua união na defesa de seus patrimônios materiais ou espirituais e começavam a formar uma consciência nacional. Outros a adquiriram mais tarde.

Ao comparar o Império Romano com o Império Espanhol, Simon Bolívar afirmou: *“Ao libertar-se da Monarquia Espanhola, a América encontrou-se em situação semelhante ao Império Romano, quando aquela enorme massa caiu dispersa em meio ao mundo antigo. Cada fração desmembrada formou uma nação independente conforme*

a sua situação e seu interesse; porém com a diferença de que aqueles voltaram a restabelecer suas primeiras associações” (Henry, 1937). De Roma surgiram nações que formariam o quadro europeu, tendo como base a ordem e a cultura; surgiu a união do que pode ter sido a dispersão da barbárie, nos diz Zéa.

Os britânicos foram afastados da posição de orientadores ou de decisores dos destinos da Europa, a partir do término da guerra dos cem anos, quando foram expulsos do continente; os Espanhóis, encaminhados para o outro lado dos Pirineus após período de marcante presença na Europa, em especial no século XVI, sob o reino de Carlos V, e a Rússia, localizada além das estepes que a separam da Europa.

Entretanto, a Rússia e a Espanha insistem em participar dos destinos da Europa. A Rússia cria um império no oriente, dando continuidade ao grande Império mongol de Gengis Khan. A Espanha cria um império no outro lado do Atlântico, na América. Porém, Rússia e Espanha têm a preocupação em impor e manter presença na Europa. Do outro lado do canal da Mancha, os britânicos estão decididos a criar um novo império de abrangência mundial, e vêem sua participação na

Europa, apenas em função de novos interesses. No século XX, entretanto, o centro de poder do hemisfério ocidental se translada para os Estados Unidos e a Rússia expande-se para o Oriente. Todo esse processo parece confirmar o que Gramsci pensa a respeito do sentimento nacional, quando afirma que (Gramsci, 1979): “*Sentimento Nacional, é um sentimento puramente ‘subjeto’, não ligado à realidade, a fatores, a instituições objetivas. É um sentimento de indivíduos que sentem a continuidade de sua história. Um elemento objetivo é a língua. Outro elemento é a cultura*”.

Pode-se chamar de “nacional” o indivíduo que é conseqüência da realidade concreta nacional ou que inicia uma fase determinada da operosidade prática ou teórica nacional.

Civilização e Barbárie

No processo histórico constata-se a ascensão e queda de diversos países. Quando um dos países chega ao ápice de sua civilização, passa a ser objeto de cobiça dos que pretendem ocupar o seu lugar. Esses são denominados bárbaros pelos que ocupam posição de destaque entre as nações, o centro.

O qualificativo de bárbaro tem sua origem na Grécia. Para os gregos, bárbaros eram os estrangeiros. Bárbaro era sinônimo de selvagem, inculto. Para os gregos, aqueles que não viviam em seu mundo eram entes marginais. Eram menos homens, por não se expressarem adequadamente numa linguagem que não era própria. E, por isso mesmo, entes que podiam ser submetidos às ordens e interesses dos donos. Bárbaro era igualmente, para os romanos, o indivíduo que estava fora da lei e da ordem das cidades.

Ao fim do Império Romano, os bárbaros se transformaram em novos centros de poder e designaram bárbaros os outros povos, enquanto elevavam sua língua, costumes e valores como características de civilização.

A dualidade Civilização x Barbárie, que reflete uma relação de Poder e Dependência, de Centro e Periferia, de Intransigência e Razão e de busca da Civilização, está presente no processo civilizatório. Povos dominadores e povos “destinados” a serem dominados por serem bárbaros, ou seja, por não serem a imagem dos seus dominadores.

O processo histórico é repetitivo nesse aspecto. Uma suposta

barbárie se converterá em nova expressão de civilização e, portanto, em um novo centro de poder. Com essa nova expressão de civilização, novas expressões de barbárie. A dualidade Civilização x Barbárie está sempre presente no processo histórico e a dinâmica do processo é devida à atuação do homem.

Todo homem se assemelha a outro por possuir uma identidade, individualidade e personalidade. Isso faz dos indivíduos, dos homens e dos povos comunidades humanas e civilizações.

Uma das características da civilização é que ela é centro ordenador, legislador ou condutor que sabe do princípio e essência de todas as coisas e, portanto, sabe de sua condição de mando. A civilização impõe-se à barbárie. A civilização é paradigma e objetivo da barbárie.

Aristóteles dizia que havia homens nascidos para mandar e outros para obedecer. Uns possuem vontade própria e outros dependem da vontade de outros.

Essa idéia dos gregos a respeito dos bárbaros, como entes limitados, racional e volitivamente, será estendida pelos ibéricos, especialmente pelos espanhóis, na conquista e colonização da América, a partir do século XVI. Essa é a

concepção aristotélica, absorvida por São Tomás de Aquino e aplicada à ordenação do mundo conquistado pelos ibéricos. Entretanto, a mesma preocupação grega de discriminação entre os homens, em função de uma suposta capacidade do uso da razão, permanece.

Um dos problemas que ocorre com os povos marginalizados e supostamente bárbaros, que vem estabelecendo a importante questão de sua identidade, é querer saber o que são em um mundo que resulta ser o próprio. A identidade como forma de identificar-se em um contexto no qual se é visto como estranho; contexto de que quisera apropriar-se. A busca da identidade como forma de suplantar o anonimato do qual resulta responsável a civilização que com tanta resistência insistia em distinguir-se da barbárie. As identidades nacionais moldam os padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo.

Nos povos das nações periféricas, a identidade se estabelece como o problema central de sua existência. No início da filosofia européia-ocidental, na remota Grécia, se definiu o problema do ser como garantia da existência do homem, da mesma forma que, na América Latina do

século XIX e na Ásia e África no século XX, se estabeleceram problemas de identidade, interrogantes sobre se existe ou não uma filosofia, uma ciência, uma literatura e uma cultura entre esses povos. São problemas semelhantes aos que os gregos estabeleceram sobre a existência do ser. Uma mesma definição para salvar homens e povos da não nulidade do ser e do existir, problema de identidade, que se estabelece e é traçado a homens e povos conscientes de sua marginalização.

É necessário conciliar a rica herança cultural do passado com valores da sociedade contemporânea, para evitar uma crise de identidade. É fundamental ter consciência de que as tradições devem encarnar-se nas novas criações firmemente dirigidas ao futuro. Fundamental também, é preservar e exercer a afirmação da identidade nacional, como ponto de partida da necessária assimilação da civilização imposta, para não ser um puro instrumento da mesma.

Não se trata de escolher entre cultura e progresso tecnológico, já que são necessários tanto a integridade cultural, para ser una, como o poder tecnológico para viver com o resto do mundo e deixar marcas próprias na história.

Entretanto, não podemos esquecer que as nações têm um papel a representar na história, e mesmo a fazer a história, e isso só é possível porque possui cada uma, uma língua e uma cultura que lhe caracterizam.

É fundamental preservar as culturas nacionais de sua instrumentalização por outros homens e povos, a que está submetido o jugo político e econômico do colonialismo, juntamente com sua dominação ideológica, que era estranha aos povos das nações periféricas. O colonialismo, o imperialismo, o neo-colonialismo e o racismo constituem uma ameaça constante às culturas nacionais que tencionam esvaziá-las de sua profunda significação humanística e democrática e a substituí-las por um pragmatismo e pelo empobrecimento espiritual da cultura de massa, conducente à desvalorização da pessoa. Naquilo que diz respeito ao pragmatismo, Carvalho nos alerta corretamente que *“O pragmatismo reduz todo conhecimento à expressão de projetos de ordem prática e, devendo fatalmente os projetos coletivos predominarem sobre os individuais, reduz a atividade cognitiva do indivíduo a uma colaboração obediente na*

construção social de conhecimentos úteis” (Carvalho, 1997).

A afirmação da identidade nacional, que é a base da independência e da soberania das nações, também é instrumento de unidade nacional e garantia de segurança e respeito nas relações com outras nações.

Para Deutsh, as comunicações internas nas nações são decisivas para a criação da identidade política e moral (Guibernau, 1997).

A respeito da identidade nacional, Hegel afirma que:

“A reflexão é reflexão determinada, com isso a essência é essência determinada, ou seja essencialidade.

A reflexão é a aparência da essência em si mesma. A essência, como infinito retorno em si é uma simplicidade não imediata, porém negativa; é um movimento através de diferentes momentos, uma absoluta mediação consigo mesmo.

A essência é, em primeiro lugar, simples referência a si mesma, pura identidade. Esta é sua determinação, segundo a qual ela é falta de determinação. A essência é identidade consigo mesma. A identidade é o mesmo que essência” (Hegel, 1956).

Para Hegel, (Zizek, 1994) identidade não é uma simples auto-igualdade de determinada noção. É a identidade de uma essência que mantém-se a mesma independente das mudanças de aparências. É, também, a Identidade Nacional, a influência mais poderosa e duradoura das Identidades Culturais.

Nacionalidade

Nacionalidade compreende tudo que diz respeito à essência, à força e à honra da nação. A nação sugere a idéia de um território e das pessoas que o ocupam. O exercício da nacionalidade leva tais pessoas a efetuarem transformações e fazerem a história de seu país. O Estado se apóia na cultura.

A noção de nacionalidade, que naturalmente vem à mente, nos direciona para o fato de se pertencer a um determinado território. O fato de ter nascido numa certa área geográfica delimitada determina o atributo da nacionalidade. Essa noção certamente não é completa, pois não abrange a nacionalidade quando não existe território, ainda que esse caso não seja comum. Entretanto, podemos afirmar que o território é indispensável para a construção da nacionalidade. Os

poucos exemplos históricos que caracterizam tal condição mostram que as nações nessa condição tiveram como seu Objetivo Nacional Permanente a conquista de um território.

O território é indispensável para a formação da nacionalidade. A partir do território, com suas características geográficas e climáticas, é que se forma a cultura. A geografia favorece ou desfavorece a união nacional, mas não a define. De fato a geografia favorece a cultura que é componente da nacionalidade. O grupo social, como tal, sente-se como uma unidade, como um todo. Desenvolve-se um sentimento de identificação com seus valores, suas tradições e compartilha a mesma língua.

Arregui afirma que *“O conceito de nacionalidade tende a desdobrar-se no conceito mais compreensivo de nação. A nação, realidade jurídica circunscrita no espaço e no tempo, com uma estrutura política própria, não é um ser fora da experiência histórica. A nação é um fato verificável, pois sem território não existe nação; é um fato institucional, pois sem normas sociais aceitas pelo grupo não há vida social; é um fato histórico, com sua gênese e desenvolvimento, pois expressa a*

origem e permanência no tempo do grupo institucionalizado, e a continuidade das gerações, cujos frutos são mantidos na recordação dos vivos pelo legado dos mortos, representado, em primeiro lugar pela língua, existência e sangue do espírito e, depois, pela aprovação supra individual de valores semelhantes, passados e presentes, com os quais a comunidade nacional reconhece a si mesma como unidade de cultura” (Arregui, 1971).

Essa abordagem possibilita identificar a nacionalidade como fruto do processo de interação humana, surgida do território, com criações espirituais próprias, lingüísticas, técnicas, artísticas, passado comum, crenças comuns, tradições, consciência de manter-se como unidade em grupo, e vontade de ter um destino comum em que a cultura é fator fundamental.

A partir da coesão do grupo social, de sua cultura, língua e do seu território formaram-se as nações e, a partir do século XVIII, marcado pela Revolução Francesa de 1789, surge e consolida-se o Estado Nacional, que veio possibilitar que a nação se estruturasse politicamente, de modo a organizar-se e ter sua integridade preservada. Temos então que a nacionalidade

tem seus fundamentos no Homem, no Território e nas Instituições, tendo o Estado como Instituição maior.

A nacionalidade é o resultado de um processo histórico interminável. Não surge subitamente, mas como resultante de um longo processo em que são envolvidas todas as dimensões sociais, políticas, culturais, históricas e ideológicas, pertinentes a cada sociedade nacional.

A Europa convivia com as formas clássicas do Antigo Regime, ou seja, os regimes feudais, que eram organizados com a articulação entre a aristocracia, a monarquia e a Igreja. Ainda que já existissem alguns Estados Nacionais como Portugal, Espanha e Inglaterra, o conceito de nacionalidade não era explícito nesses processos de unificação

Uma das conseqüências da Revolução Francesa foi o conceito de unidade indivisível da nação. Isso fez com que uma nova forma de organização política se desenvolvesse. Os indivíduos deixaram de se sentir como vassalos do senhor todo poderoso para serem cidadãos pertencentes a uma mesma nação, com direitos e deveres iguais perante o Estado.

Assim, o Estado surge como a forma de organização que repre-

senta e ordena a nação única e indivisível. Nesse momento, a nacionalidade torna-se explícita. A partir de sua explicitação, a idéia de nacionalidade, com base na natureza, integra-se à componente política.

Integrada à componente política, a nacionalidade é melhor conceituada como o complexo dos caracteres que distinguem uma nação, como a mesma história, as mesmas tradições comuns que permitem que todos os membros de uma nação se reconheçam neles, constituindo sua identidade.

O Estado e a Nação devem coincidir e ter uma relação biunívoca. O Estado é a instituição que, através da cultura, linguagem, valores, tradições, passado e vontade de futuro comum, é responsável pela manutenção da unidade nacional. Por isso, a unidade do Estado é fundamentada na nacionalidade.

Fundamentos da Nacionalidade

Alceu Amoroso Lima nos diz que nacionalidade é sempre o conjunto de três elementos: o Homem, a Terra e as Instituições. A ausência de qualquer deles implica a inexistência de uma nacionalidade. São ao mesmo tempo coexistentes e

complementares. O grau de sua harmonia e interação define a qualidade e o grau da cultura e da civilização (Amoroso Lima, 1983).

O primeiro elemento, o Homem, elemento constitutivo de toda civilização, é a razão de todas as coisas. É o elemento central da nacionalidade. Tudo existe em razão do homem. O homem em sua evolução sai da barbárie em direção à civilização. A primeira condição de uma civilização é a adequação da terra ao homem. Por ser o ordenador de seu contraditório com a natureza, o homem intervém de modo a transformá-la e dominá-la, para seu benefício, para sua sobrevivência. Uma civilização pode ser avaliada pelo valor direto da ação do homem sobre a terra. Uma civilização é o domínio do homem sobre a natureza, que é sinal de sua superioridade. Uma civilização é o progresso alcançado como forma coerente do objetivo maior de um povo, em sua época.

O segundo elemento, a Terra, é entendida como a base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce sua soberania, e que abrange o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos, ou seja, o território. Uma base geográfica delimitada é condição para a constituição de uma

nacionalidade. É elemento essencial de sua história e de sua cultura. É a raiz e o vínculo do homem. É seu referencial maior. É da idéia de território que é dado início à construção da nacionalidade.

A base física de uma nacionalidade é elemento essencial de sua constituição. Não é apenas fundamental, mas essencial, por haver a necessidade de delimitação da área ocupada pela nação e sob jurisdição do Estado. É o território o limitador da abrangência das ações das Instituições. A nação juridicamente organizada só é possível se existir Território. A soberania existe enquanto existe o Estado, que por sua vez existe enquanto existir território. Apenas com território é possível a uma nação possuir Forças Armadas e Moeda nacional. Só com território é possível haver uma delimitação da força imperativa das leis do Estado que as promulga. Logo, Terra é não apenas fundamental, mas essencial.

Quanto à importância do território, Ratzel nos diz que: *“Quando se trata de um povo em via de incremento, a importância do solo pode talvez parecer menos evidente; mas pensemos, ao contrário, em um povo em processo de decadência e verificar-se-á que esta não poderá absolutamente ser*

compreendida, nem mesmo no seu início, se não se levar em conta o território. Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura” (Ratzel, 1990).

O terceiro elemento, as Instituições, representa a organização do homem em seu território. As Instituições são grupos especializados que são formados segundo especificações das diferentes finalidades do homem. Constituem o complexo integrado por idéias, normas, padrões de comportamentos e relacionamento entre os indivíduos, organizados em torno de um interesse legítimo e reconhecido. Em suas atividades ao longo de sua vida, o homem constitui as instituições fundamentais de toda a sociedade: Família, Comunidade, Estado, Escola, Igreja e outras mais.

As Instituições, enquanto leis fundamentais de uma sociedade ou o conjunto de estruturas sociais estabelecidas pela tradição e relacionadas com a coisa pública, e por serem representativas ou decorrentes da tradição sendo a

cultura extremamente vulnerável a interferências, devem ser preservadas, sob pena de desmantelamento da nação.

Se as Instituições desaparecessem, as relações entre os homens tornar-se-iam desregradas e, cairiam no mais absoluto primitivismo. A destruição das Instituições durante as guerras traz consigo, com todo o impulso que podem dar a novos caminhos, a queda imediata no sentido de reações bastante elementares, enquanto numa cultura mais sólida, estável consegue manter-se, nas faixas médias de formas de comportamento digno, decente, em nível satisfatório. Este era o discurso dos defensores do direito natural que levavam em consideração quando falavam em “situação natural”, em que os homens não eram guardados e protegidos por quaisquer instituições.

Dentre os fatores fundamentais de uma nação, existem alguns que são vitais e, por tal razão, devem ser preservados sob pena da dissolução nacional; são eles: Unidade Nacional, Língua e Cultura.

Unidade Nacional

A unidade nacional (Rodrigues, 1964) é fruto de um longo e lento

processo histórico no contexto de uma estrutura cultural, onde são amalgamados valores, sentimentos, idéias, emoções e vontades vivenciados por um povo, e que fundamentam uma nação. Por essa razão, não devemos confundir nação com uma soma de indivíduos, que vivem e convivem num determinado território. Como consequência desse processo solidificado no tempo e no espaço, de uma cultura, surge e se firma a Pátria, união que tem seus pilares na união do homem com a terra. Essa união é continuamente enriquecida pela fidelidade aos valores que são formados e pela solidariedade entre os nacionais.

O Brasil foi o cadinho em que se juntaram as forças da mestiçagem na construção de uma nova sociedade, as quais interagiram num processo de sincretismo jamais visto em outra parte do mundo. Fundiram-se cultos fetichistas-animistas com o monoteísmo católico, de forma concedente e solidária, determinando uma permanente expectativa de tolerância religiosa. Firmaram-se a alternativa de poder político, que vem debilitar a permanência de posições radicais, derivando para a acomodação e conciliação, sem que, isoladamente, nenhuma ideologia predominasse. A proximidade étnica

ou mesmo a promiscuidade étnica passada foi fator predominante na difusão das relações raciais, contribuindo para a ausência de enquistamentos raciais.

A mestiçagem da população brasileira é o elemento aglutinador da formação nacional. A respeito da mestiçagem da população, os adeptos do discurso da globalização a consideram como fator de inferioridade, demonstrando clara conotação racista. As qualidades de versatilidade, de adaptabilidade e criatividade implícitas na mestiçagem e que predisõem, a movimentos de mudanças são consideradas como sinais de inferioridade.

A história do Brasil é rica em fatos que contribuíram para a formação e o fortalecimento da Unidade Nacional. Um dos mais significativos ocorreu à época da Independência. José Bonifácio conseguiu juntar as peças políticas da Independência no sentido de estabelecer as bases da unidade nacional e efetivar a soberania

Junto com a Independência, vieram as pressões inglesas no sentido de tornar o Brasil um mercado importador, o que favorecia significativamente os industriais e comerciantes ingleses, em detrimento dos brasileiros. José

Bonifácio viu que, dadas as estruturas básicas da economia brasileira, a unidade nacional ficaria comprometida e repeliu a proposta inglesa, manifestando a vontade soberana da nação brasileira. Também os Estados Unidos fizeram exigências para o reconhecimento da Independência, a que José Bonifácio (Rodrigues, 1964) respondeu: “*O Brasil propõe o reconhecimento, não o pede, e ela será mantida mesmo contra a posição a ela assumida por outros governos. Isso porque a Independência é um ato soberano do Brasil*”. As ações de José Bonifácio foram decisivas para fortalecer a nacionalidade.

José Honório Rodrigues (Rodrigues, 1963) afirma que, no processo de formação do Brasil, a defesa e a manutenção da unidade nacional foram mais vitais e mais importantes do que a ocupação efetiva do território. Ao término do período colonial, o Brasil era apenas uma unidade geográfica. O maior desafio enfrentado pela independência foi o de criar uma consciência nacional e formar a unidade nacional. A idéia de unidade, que vive nos brasileiros, e de todos depende, é produto da história brasileira e da crença no futuro.

A identidade nacional decorre da unidade cultural que constitui a

unidade nacional. Por isso a cultura nacional deve ser preservada para que seja possível manter a cultura e a unidade nacional. Por isso a nacionalidade representa a unidade cultural de um país.

Língua

No século XVII, ocorreu um processo de unificação e consolidação, que foi a base para o estabelecimento de territórios onde apenas uma língua era falada. A língua, ainda que por si não seja suficiente, é indispensável para a formação de uma consciência nacional. A língua pode ser considerada como símbolo da nacionalidade. Paul Henry (Henry, 1937) nos diz que Henrique IV, em 1601, afirmou que: “*Eu quero que a língua espanhola pertença à Espanha, a alemã à Alemanha, mas a francesa deve ser minha*”. Essa não é uma declaração circunstancial, mas mostra a importância crescente que a língua tomou depois do século XIX, em função das rivalidades entre as nações.

A língua é uma instituição fundamental para a nação. É muito mais que um conjunto de palavras. É um mecanismo mental particular. Falar a mesma língua é, de modo geral, pensar do mesmo modo,

entender os mesmos sentimentos, a mesma vontade. Fichte, nos diz que a língua une a vida e o espírito de um povo. É um mecanismo mental privativo da nação. A língua é o principal fator de unidade nacional.

A unidade da língua é fundamental para a unidade da nação. É instrumento básico de preservação da unidade nacional. É uma das bases da nacionalidade. A unidade da língua é uma condição de cultura, no sentido de que ela permite que pessoas do mesmo grupo lingüístico possam se entender e comunicar os mesmos valores materiais e espirituais. A unidade da língua favorece a unidade e o poder de uma cultura.

A sociedade é a base da realidade sendo que o homem é real somente como membro dessa sociedade. A língua é a essência, não o instrumento, da sociedade. A língua é realidade.

A estrutura de uma língua é aquilo que faz com que as frases sejam significativas. Considerando que o significado da língua é a realidade, é necessário que ela seja preservada, sob pena de que, através de um processo de interferência, como já ocorre, em profundidade, a realidade venha a ser deturpada, indevidamente entendida, virtualmente modificada ou

possibilite o afastamento do indivíduo do mundo real (Flusser, 1963).

A medida que desaparecem as regras, desaparecem também os elementos da língua. Ela se torna mais pobre na medida em que se torna desorganizada.

A língua e seu caráter simbólico a própria condição do pensamento. Portanto, estando a língua desestruturada, o intelecto não se realiza, torna-se um intelecto truncado. Como o pensamento tem o alcance da língua, os limites ao desenvolvimento ou evolução individual e mesmo coletiva tornam-se marcantes.

A separação entre o intelecto e língua, entre o aspecto subjetivo e o objetivo da realidade, quebra a própria realidade. Daí a importância fundamental de preservação da língua para que o pensamento e a coesão da sociedade sejam possíveis.

Cultura

Cultura é a base fundamental para a manutenção da unidade nacional, da nacionalidade, da soberania e condição fundamental para a construção de um futuro comum. Entretanto, a cultura só terá condições de sobreviver, se o Estado

atuar no sentido de preservá-la. A esse respeito, Gellner afirma que “*O Estado assume a direção do controle de qualidade da mais importante das indústrias, a produção de seres humanos viáveis e úteis*” (Guibernau, 1997).

Cultura e civilização são, entre si, uma relação dialética. Para se libertar do estado primitivo, o homem transforma o universo em um mundo de civilização e de cultura.

O homem é culto quando ele faz pessoalmente um esforço de humanização e, civilizado, quando ele participa de um nível coletivo de humanização. A expressão civilização não implica apenas valores materiais, mas evoca dimensões comunitárias. A noção de solidariedade faz-se presente. Querendo realizar suas próprias virtualidades e humanizar o mundo exterior, o homem tende a aumentar os limites de seu espírito (cultura) e a projetar em torno de si os efeitos de sua ação sobre a sociedade e o mundo (civilização). Suas novas aquisições se transmitem de geração em geração, constituindo entidades que se desenvolvem através da história (civilização).

Essa tensão espiritual é facilitada por tudo que constitui ambiência material e, por assim dizer, o corpo

da civilização: meio geográfico, mistura de raças, unidade de língua, nível técnico e organização política e social. Mas a civilização espiritual, a desafeição de valores importantes e a pretensão unilateral de alguns determinam rápida desordem, fadiga, artrose e morte.

As concepções de vida manifestam uma resposta do homem ao problema de seu lugar na realidade total. As civilizações importantes estão desaparecidas totalmente. Elas foram mortas quase sempre por causa da demissão de seus defensores, sob o golpe dos adversários. De toda maneira, a resistência espiritual e material das civilizações não é ilimitada.

A cultura brasileira tem como base a aculturação dos três arquétipos fundadores: o português, o índio e o negro. Sem dúvida, é uma variante da cultura lusítada. Por tal razão, a cultura brasileira é difusionista, cosmopolita e profundamente absorvente. Esse poder de absorção é marcante em nossa cultura. Sendo permeada dos valores da cultura ibérica, adquiriu a característica de absorver influências exteriores, criando um sentido próprio de conciliação nacional. Nesse sentido, a cultura brasileira eliminou os antagonismos raciais e não assimilou aquilo que a

cultura européia possui de pior, a radicalização ideológica.

É importante ressaltar que a cultura tem a capacidade de formar um sentimento de solidariedade e de criar condições para a construção de um futuro comum.

A solidariedade nacional possibilita a criação e a solidificação das raízes culturais e dos vínculos formados no passado comum. Isso faz os nacionais sentirem-se unidos uns aos outros pelo fato de terem uma fé compartilhada por todos. Como sentimento coletivo, a identidade nacional reflete a identificação dos nacionais com uma entidade maior, a nação, que os transcende.

Gellner afirma que *“O homem moderno não é leal a um monarca, a uma terra ou fé, ou o que quer que ele diga, mas a uma cultura”*. Sendo leal a uma cultura, a nação personificada através de suas tradições, história, símbolos e projeto de futuro, é o foco ou o objeto de lealdade de seus nacionais (Guibernau, 1997): Isso nos leva a entender que o nacionalismo tem na cultura a coluna vertebral de sua estrutura.

A vida de uma Nação, sua unidade, sua perspectiva de futuro existem em função do que Amoroso Lima chama de “missão cultural”.

Logo, é a cultura que prevalece, que une e de determina a Nação como tal.

Na Encruzilhada da Globalização

Ao fim da Guerra Fria, o eixo do conflito Leste-Oeste deslocou-se para o eixo Norte-Sul, dando início a um novo tipo de conflito. Nesse novo conflito, está intrínseco o fracionamento dos países de grande extensão territorial, sendo o Brasil o objetivo maior.

Essa nova política foi determinante para uma nova estratégia. Uma estratégia que dá nova dimensão à geopolítica do espaço vital por três vias de interferência cultural, como afirma Benevides (Benevides, 1997): a) *“O abastardamento da língua e da linguagem, para usá-las como força dinâmica de rompimento da unidade nacional”*; b) *“A deterioração da estética na cultura popular, para desintegração de valores de identificação nacional”*; c) *“A conspurcação ética (ethos) dissociadora dos já frágeis elos de ligação entre elites dirigentes e massas populares”*.

A língua e a linguagem são elementos fundamentais de amálgama no processo da evolução social humana. Constituem os

liames psicossociais por onde passam os fluxos das representações mentais dos valores de uma cultura, permitindo certa uniformidade na expressão de sentimentos e emoções identificadoras da nacionalidade. A língua é o sistema simbólico dessa identificação.

A interferência cultural (Benevides, 1997) trabalha em função do abastardamento da língua e da linguagem, de modo a que tal abastardamento vai sendo transferido pouco a pouco para o relaxamento comportamental com rompimento das tradições e valores, de modo a induzir à predisposição, ao abandono da simbologia implícita nos valores nacionais.

Parte do resultado dessa interferência está presente no uso, cada vez mais freqüente, de termos e expressões de línguas estrangeiras, com predominância do inglês, nos meios de comunicação social e a partir daí passando à linguagem coloquial.

Quando se fala de linguagem percebe-se sua influência no pensamento. A esse respeito, vale lembrar o que nos deixou Confúcio (Benevides, 1997): “*Se a linguagem não for correta, o que se diz não é o que se pretende dizer; o que deve ser feito deixa de ser feito; se o que deve ser feito deixa de ser feito, a*

moral e as artes decaem; se a moral e as arte decaem, a justiça se desbarata; se a justiça se desbarata, as pessoas ficam entregues ao desamparo e à confusão”.

Nesse contexto, a deterioração da cultura brasileira é um fato. Basta comparar as manifestações culturais nos dias atuais com as de dez ou vinte anos atrás. É facilmente identificável o resultado da deterioração da cultura, das tradições e dos valores nacionais.

A interferência cultural, em níveis já bastante avançados no Brasil, termina por desestruturar a personalidade do indivíduo e sua desidentificação cultural culmina com a indiferença e a perda de auto-estima. Nessa condições, tem-se instalado o processo que leva ao fim da resistência à desintegração da nacionalidade e conseqüente rompimento da unidade nacional.

Naquilo que se refere especificamente às Força Armadas, a interferência cultural tem tido vitórias expressivas. Como é de conhecimento de todos, as Forças Armadas brasileiras, sempre tiveram compromisso com o desenvolvimento nacional, com participação efetiva em todo o espectro de atividades da nação. Como forma de provocar o

rompimento com a participação das Forças Armadas na vida nacional, foi feito confundir política nacional com política partidária. Corretamente, as Forças Armadas e seus membros não devem praticar as políticas partidárias. Entretanto, sem acompanhar, discutir e participar da política nacional, não é possível às Forças Armadas manter sua histórica e tradicional participação no desenvolvimento, exercer seu poder moderador e principalmente cumprir sua missão constitucional. É notório que têm sido criadas condições que induzem a indispor a sociedade civil contra o estamento militar.

O Brasil tem infinitas vantagens quando se trata da mestiçagem racial, principalmente em termos de tolerância religiosa, de ausência de ódios raciais, da negação de discriminações doutrinárias: o sincretismo solidário, em nosso caso fundamental para a unidade nacional e fortalecimento da nacionalidade. A mestiçagem sempre criou a diversidade, o que favorece a intercomunicação. A solidariedade, tão necessária e tão ausente no mundo, tem na mestiçagem seu grande ambiente.

O reconhecimento mútuo das diversas culturas nacionais é uma condição indispensável para o

advento de uma nova, adequada e legítima ordem internacional.

Ao tratar do nacionalismo, Treitschke levanta a questão do futuro do nacionalismo num mundo onde, pela primeira vez na história é possível falar numa cultura mundial. Essa questão é abordada por Treitschke de modo muito interessante, quando afirma que “*a noção de que uma cultura de extensão universal substituirá finalmente os costumes nacionais por costumes de todo o gênero humano e converterá o mundo numa mixórdia cosmopolita e primitiva, tornou-se lugar comum ... Se uma nação tem o poder de preservar-se, e à sua nacionalidade, por meio da impiedosa luta racial da história, então todo o progresso na civilização só desenvolverá mais extraordinariamente suas profundas peculiaridades nacionais*” (Guibernau, 1997).

Treitschke entende que os nacionais (raça) devem ser protegidos de todo e qualquer processo de interferência cultural, ou seja, a nação deve ter o poder de preservar-se. Isso tem uma conotação de fundamental importância, pois apenas as nações que tiverem significativo poder nacional terão condições de

preservar suas “peculiaridades nacionais”. As que tiverem nenhum ou pouco poder nacional, tenderão a ser absorvidas ou “culturalmente assimiladas” pelas mais poderosas.

A vida do homem é permeada por uma rede de instituições, que são responsáveis por padrões de comportamento e que dão significação a suas atitudes, e pelo acervo instrumental que ele acumulou para se realizar. Na vida do homem, a grande maioria de seu comportamento lhe é ditada pelo contexto institucional em que está inserido.

Ávila afirma que as “*Instituições que compõem as malhas desta rede sutil mas resistente se caracterizam pelos seguintes elementos: Um determinado padrão de comportamento, no sentido mais amplo do termo, dotado de uma certa permanência, de uma certa consistência no grupo, sobre cujos membros dispõe de um certo poder impositivo. As Instituições possuem um poder de sanção. Não se pode impunemente tentar romper a rede*” (Ávila, 1971).

As sanções institucionais são resultantes dos mecanismos de controle social, pelos quais o grupo social protege e preserva a sua identidade.

No atual momento histórico, o discurso predominante, globalizante, modernista, questiona as Instituições. A grande maioria, infelizmente, repete tal discurso, porém sem entender as razões dessa proposta.

Promovem os adeptos desse discurso, uma reação contra a ordem institucional. Essa reação às Instituições tem, segundo Ávila, o objetivo de bloquear o “*impulso civilizatório ao qual chegou a humanidade após um esforço milenar*” (Ávila, 1971).

O discurso modernizante, globalizante, procura seduzir pela oferta de total liberdade, que termina por confundir com libertinagem, sem que os indivíduos se apercebam da ilusão a que se propõem e que no limite levaria ao mais puro primitivismo. O primitivismo não é solução nem libertação e a permissividade propicia a implantação de estruturas de poder tirânicas.

Neste final de século XX, absorveu-se uma concepção distorcida da liberdade humana, que a desvincula da obediência à verdade e, por conseguinte, também do dever de respeitar os direitos dos outros. O conteúdo da liberdade reduz-se ao amor egoísta de si próprio, até chegar ao desprezo de

Deus e do próximo, amor que conduz à afirmação ilimitada do interesse próprio, sem se deixar conter por qualquer obrigação de justiça.

A história é testemunha de que o ódio e a injustiça só se apoderam de Nações inteiras e fazem-nas entrar em ação, quando são legitimados e organizados por ideologias que se fundamentam mais naqueles do que na verdade do homem. As armas se recusam a silenciar. Rugem em busca de uma vitória militar, mas é preciso lembrar que a verdadeira paz não é o resultado da vitória militar, mas a superação das causas da guerra e a autêntica reconciliação entre os povos. A humanidade não conquistará seu bem-estar nem os homens encontrarão sua identidade, através de um rumo ilusório. A única opção válida, nos diz Ávila, é a integração participativa.

A humanidade está sendo surpreendida pela velocidade. A velocidade a que a humanidade está submetida faz o futuro “chegar mais depressa”, sem que haja tempo e condições necessárias à adaptação. Isso nos leva a pressentir, quem sabe, a aproximação de um rompimento. Esse quadro nos leva a preservar as Instituições, pois através delas o homem mantém e expande sua personalidade social, bem como a unidade como grupo social.

Alguns aspectos relacionados às Instituições, que merecem ser explicitados, podem ser resumidos (Ávila, 1971) no seguinte: 1) existem Instituições permanentes, que são transcendentais a todas as culturas, no tempo e no espaço e que derivam da estrutura da natureza humana. Estas são indestrutíveis. As principais são a família e a autoridade. 2) as Instituições nacionais permanentes, tal como as Forças Armadas, o Estado Nacional Soberano, a Moeda nacional, a Justiça, a Democracia, dentre outros, são “*canais próprios para a manifestação dos interesses políticos, para a solução dos problemas comuns e para a participação do povo no processo político*”, da nação, que tem como objetivo proporcionar o bem-estar e a plena realização do indivíduo.

Entretanto, a utopia globalizante é a máscara da ideologia hegemônica. O discurso predominante, favorável e incentivador da economia de mercado, da interdependência econômica, acompanhado ou sustentado por técnicas de psicopolítica, apoiadas nos meios de comunicação social, de abrangência transcontinental, promove a desestruturação do Estado, a eliminação da Soberania Nacional, o enfraquecimento do

Poder Nacional. Por essas razões, nos países sem Poder Nacional expressivo, a crise se instala e o caos inicia-se.

É fundamental preservar a Nacionalidade

“Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é um espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se, reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem, sobre a ruína da vida comum. O Brasil é, entretanto, dos países que apresentam os mais sólidos elementos de prosperidade e mostram condições para o mais nobre e brilhante destino”.

Alberto Torres. O Problema Nacional Brasileiro

Oliveira Vianna (Vianna, 1974), referindo-se à política sincretista do período colonial e do Império, assim afirmou: *“O grande movimento sincretista cujos desenvolvimentos já largamente estudados, desenvol-*

ve em nosso povo, é certo, a consciência da onipotência do poder do Estado, sentimento de sua incomensurável capacidade de fazer o bem e de fazer o mal: e daí nosso catatismo. Este grande movimento, porém, não teve tempo - dada a deficiência, entre nós, de fatores de integração coletiva - de fundir o nosso povo na consciência perfeita e clara da sua unidade nacional e no sentimento profético de um alto destino histórico. Este alto sentimento e esta clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado - um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional”.

O processo de Globalização, através do discurso da modernidade tem feito com que os nacionais careçam da exata compreensão realística da função do Estado na formação, na manutenção e na defesa da nacionalidade brasileira.

As ações do Estado têm sido modificadas. Já não mais são dirigidas à nacionalidade. Em lugar de uma política de severa e sistemática educação, voltada aos interesses nacionais, imposta pela ação decisiva de uma autoridade

nacional forte, tem-se uma educação que se mostra desligada da nação, quem sabe sem rumo ou dependente de uma imagem exógena. Esse quadro representa o enfraquecimento do Estado. Para uma população dispersa por um gigantesco território, sem nenhuma estruturação orgânica, os adeptos do discurso globalizante reclamam a descentralização política, esquecendo-se de que a grande obra política, que cabe ao Estado realizar, é corrigir as distorções e organizar a Nação.

A proposta oferecida pelo discurso da Globalização não é pertinente nem adequada à realidade brasileira pois tem inspirações, para suas ações políticas, exclusivamente na lógica dos sistemas universais, de interesse das nações centrais e fundamentados em pressupostos que não possuem qualquer correspondência ou adequação com a nossa realidade, nem com as condições do povo.

Já é possível vislumbrar que, caso se consolidem as práticas promovidas pela Globalização, a Nação entrará irremissivelmente na anarquia e por via de consequência, no limite do processo, corre sério risco de vir a dissolver-se.

Para nós, brasileiros, a evolução da Nação é traduzida pela

democracia nacional, como proposta por Alexander Hamilton. Até a década de 80, os homens que construíram o Brasil, e entre eles, os chamados “jovens tenentes”, colocaram-se, decididamente, ao lado dos pensamentos nacionalistas e desenvolvimentistas de A. Hamilton e de G. F. List. A esse respeito, Oliveira Vianna (Vianna, 1974) nos diz que “*o Brasil deve tudo aos Feijós, aos Vasconcelos, aos Uruguais, aos Paranás, aos Caxias, espíritos gloriosos de reacionários, claras mentalidades de tipo realista e objetivo, que tiveram a compreensão exata e lúcida da missão da autoridade e do Poder Central numa nacionalidade em formação, como a nossa*”. *Foram esses políticos de autoridade - e não os do partido da liberdade chamados ‘liberais’ - os que aqui melhor souberam colocar o problema da liberdade dentro do seu verdadeiro ambiente, no seu clima próprio, na pureza e na transparência da sua atmosfera americana*”.

Essa era a tendência centralizadora dos estadistas do Império, que buscavam sua inspiração nos interesses fundamentais do Brasil. Interesses esses vitais da própria nacionalidade; “*porque eles tinham muito viva e militante a*

consciência, senão o insumo, da nossa unidade política”.

Oliveira Vianna (Vianna, 1974) ainda nos afirma que: *“é este instinto ou pressentimento que tem salvado a nossa Nacionalidade todas as vezes que ameaçam o separatismo e a fragmentação”.*

Ainda que o neguem, o povo brasileiro é nacionalista, patriota e adepto da autoridade central. O aspecto que mais distingue a centralização e nacionalismo como opção inerente ao brasileiro é definido pela nacionalização de três setores do serviço público e da administração: o da legislação do trabalho; o da organização sindical; o das instituições de previdência, como afirma Oliveira Vianna (Vianna, 1974). A centralização porque o controle é federal e um regime de descentralização, não de natureza territorial, mas, sim, de natureza funcional, porque é rico em conseqüências. A centralização do poder conjugada com a descentralização de funções é adequada às exigências necessárias à manutenção da unidade política do poder do Estado, cada vez mais ameaçado pelo discurso da Globalização.

O regime de descentralização funcional concilia a necessidade de descentralização com o princípio de

preservação da unidade nacional e da hegemonia do Poder Central.

Neste final de século XX, em que os ventos levam aos cinco continentes a “modernidade” e o discurso da Globalização como melhor opção para as Nações em desenvolvimento, na verdade estes as têm condenado à estagnação, à submissão, à perda da soberania, à perda da dignidade nacional e, a serem condenadas a deixar de existir como nação. Como forma de reação e, principalmente, como forma de sobreviver e preservar para ter condição de seguir em direção ao seu destino histórico, de uma grande Nação, conciliadora, pacífica, porém altiva e soberana, urge que a nacionalidade brasileira seja enaltecida e preservada pelo Estado. Nesse aspecto, também por ser bastante atual, é importante que nos lembremos das palavras do grande brasileiro, Oliveira Vianna (Vianna, 1974) *“da análise das condições estruturais da nossa psicologia coletiva, bem como da história e formação social do nosso povo, tal como a descrevemos nos nossos livros, especialmente em ‘Populações Meridionais do Brasil’ e ‘Fundamentos Sociais do Estado’, a conclusão que se nos impõe é que o grande problema político do nosso povo, o maior problema*

proposto à inteligência e também ao caráter dos nossos modernos homens de governo, continua a ser - como há cem anos - a constituição da unidade moral da Nação, de modo a transformar a população brasileira - informe e desmedida no seu tamanho, verdadeira 'ethne ametra', de Procópio - 'num Polis', quero dizer, numa Nação. Falta-nos, para tanto, o sentimento da nossa consciência nacional: - e carecemos, também, de uma 'mística' correspondente.

Nos outros povos, essa transformação da massa-população em massa-Nação foi um produto demorado dos fatores históricos; no nosso - como em todos os povos de formação colonial - há de ser obra do Estado, realizando uma política nacional, racionalmente determinada, conscientemente deliberada. Obra, porém, de um Estado necessariamente forte, preponderante, traçando a todos os grupos locais as normas de sua orientação. De um Estado que resolva o problema da administração local pela descentralização e não pela federação. De um Estado manejado por uma elite desinteressada, de verdadeiros patriotas e sem localismos, dotados do sentimento

da nossa comunidade nacional e, por isso mesmo, capazes de darem à massa popular, destituída deste sentimento, exemplos de desinteresse, de abnegação e de sacrifício pessoal em prol do bem comum da Nação.

Só assim será possível completar e acabar a obra grandiosa dos que, há mais de um século, lançaram os fundamentos políticos da nossa Nacionalidade. Só assim poderemos dizer que, herdeiros deles, seremos dignos - como seus continuadores - de partilhar um pouco da sua grandeza e da sua glória”.

O Brasil, com base em sentimentos fortemente ligados à auto-estima, identidade nacional e mitos fundadores da nacionalidade, fortalecedores e impulsionadores da vontade nacional, foi capaz de promover fantásticas realizações. Nos dias de hoje, o processo de interferência cultural, que tem conduzido o indivíduos ao descolamento da nacionalidade, tem aprofundado o afastamento da auto-estima o que traz nefastas conseqüências.

A nação brasileira necessita preservar sua cultura; entretanto creio que não devemos temer graves estragos culturais, porque somos culturalmente mestiços, em

processo de consolidação de um longo, sofrido e por consequência fortalecido processo de formação de uma nova cultura. Já constituindo a maioria da nação que, apenas, precisa tornar-se essencialmente brasileira. Muitos parecem não perceber que o Brasil constitui-se na única e realmente nova Nação existente na Terra. As nações que existem no continente americano, são todas extensão de

suas origens. A nação brasileira é o caldeamento das diversas culturas existentes no mundo. Somos a síntese das culturas do mundo. Somos a única nova cultura. Somos a civilização dos trópicos e a única que tem condições de contribuir para que a humanidade tome novos e adequados rumos que levem à uma convivência harmoniosa e que propicie o bem-estar da humanidade.

Referências

HENRY, Paul. 1937. *Le Problème des Nationalités*. Librairie Armand Colin. Paris.

GUIBERNAU, Monserrat. 1997. *Nacionalismos. O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

GRAMSCI, Antônio 1979. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

CARVALHO, Olavo. 1995. *O Jardim das Aflições*. Ed. Diadorim. Rio de Janeiro.

_____. 1997. *O futuro do pensamento brasileiro*. Ed. Faculdade da Cidade. Rio de Janeiro.

HEGEL, G. W. F. 1956. *Ciencia de la lógica*. Libreria Hachete. Buenos Aires.

ZIZEK, Slavoj. 1994. "Identity and its vicissitudes: Hegel's "Logic of Essence" as a theory of Ideology", in *The Making of Political Identities*. Edited by Ernesto Laclan. Verso. London, pp. 40-75.

AMOROSO LIMA, Alceu. 1956. *Política*. Livraria Agir Editora. Rio de Janeiro.

_____. 1983. “Aspirações e Interesses Nacionais”, *Revista da Escola Superior de Guerra*, Ano I, número 1, Vol 1 Dez 1983. Rio de Janeiro.

ARRIGHI Giovanni. 1996. *O Longo Século XX*. Ed. UNESP - Contraponto. Rio de Janeiro.

ARREGUI, J. J. Hernandez. 1971. *O que é ser nacional*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

ZEA, Leopoldo. 1990. *Discurso desde la marginación y la barbárie*. Fondo de Cultura Económica . México.

RATZEL, Friedrich. 1990. *Geografia do Homem* in Ratzel .Ed. Ática. São Paulo.

RATZEL, Friedrich. 1990. *As leis do crescimento espacial dos Estados* in Ratzel. Ed. Ática. São Paulo.

RODRIGUES, José Honório. 1963. *Aspirações Nacionais*. Ed. Fulgor. São Paulo.

_____. 1964. *Elementos básicos da nacionalidade*. Leitura Seleccionada, C1-34-64. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro.

SAID, Edward W. 1995. *Cultura e Imperialismo*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo.

FLUSSER, Vilém. 1963. *Língua e realidade*. Editora Herder. São Paulo.

BENEVIDES, Fernando Corrêa de Sá e. 1997. *Brasil Na Armadilha da Modernidade*. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro.

_____/A 1994. *Liberalismo ou Sistema Nacional de Economia*. Mimeo. Rio de Janeiro.

_____/B. 1994. *A Crise do Capitalismo e o Falso Problema do Estado Nacional*. Mimeo. Rio de Janeiro.

VIANNA, Oliveira. 1955. *Instituições Políticas Brasileiras*. Ed. José Olímpio. Rio de Janeiro.

_____. 1974. *Problemas de Organização e Problemas de Direção*. Ed. Record Cultural. Rio de Janeiro.

TINBERGEN, Jan (Coord). 1978. *Para uma Nova Ordem Internacional: Terceiro Informe ao Clube de Roma*. Ed. Agir. Rio de Janeiro.

TREIN, Franklin. Maio de 1996. *Filósofo e a Globalização*. Entrevista à revista Rumos. Rio de Janeiro.

SMITH, Anthony. 1980. *The Geopolitics of Information. How Western Culture Dominates the World*. Oxford University Press. New York.

dos SANTOS, Jorge Calvario. 1994. *A Interferência Cultural das Novas Ideologias*. Trabalho Especial - Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro.

RAPOSO, Amerino Filho. 1998. *Centros Mundiais de Poder*. Conferência na Escola Superior de Guerra, em 29 de maio de 1998. Rio de Janeiro.

McGREW, Anthony G. et all. 1992. *Conceptualizing Global Politics*. Global Politics. Polity Press. Cambridge.

MATTELARD, Armand. 1994. *Comunicação - Mundo*. Ed. Vozes. Petrópolis.

_____. 1976. *As Multinacionais da Cultura*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

IANNI, Otávio. 1995. *Teorias da Globalização*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

HENRY, Paul. 1937. *Le Problème des Nationalités*. Librairie Armand Colin. Paris.

HELD, David. 1997. "Democracy and Globalization" in *Global Governance*, volume 3, number 3, Sep.-Dec. 1997. Lianne Rienner Publishers. Boulder, CO. USA.

SAMPAIO, Luiz Sérgio Coelho de. 1997. *Multiculturalismo: a insidiosa verdade do inimigo*. Mimeo. Rio de Janeiro.